

## **A REGULAÇÃO POLÍTICA E CULTURAL DA LÍNGUA E SUAS VARIÁVEIS NO PROCESSO DE ENSINO/APRENDIZAGEM**

Michelli Maia Moreira<sup>1</sup>

**Resumo:** Discutindo a relação entre a escola e os instrumentos ideológicos do Estado para regulação da língua e suas variantes, buscou-se responder neste trabalho, quais as formas de regulação linguística através da cultura, e como se dá o processo de identificação e trocas linguísticas do sujeito no sistema de ensino. Este trabalho propõe-se pensar a língua em uma perspectiva teórica e crítica da cultura e a sua interposição no processo de ensino/aprendizagem da língua materna, uma vez que, as determinações de valor cultural por aspectos sociopolíticos e econômicos modelam as subjetividades dos falantes das variações linguísticas não padrão para privilegiar apenas a norma *standart*, reforçando o mito do português homogêneo. Constatou-se, então, que é necessário um processo de descolonização do saber linguístico-pedagógico, a fim de considerar as variantes em um espaço escolar democrático e, logo, desconsiderar o trabalho com a língua enquanto um “dispositivo prisional”.

**Palavras-chave:** Variação linguística, Políticas linguísticas, Regulação cultural, Redemocratização do ensino de Língua Portuguesa.

Como propõe Hall<sup>2</sup> “toda prática social tem uma dimensão cultural”. Neste sentido, tem-se como essencial no processo de escolarização, encarar o ensino/aprendizagem da língua portuguesa enquanto anexação de competências do uso da linguagem numa perspectiva comunicacional. Contudo, é veiculada, historicamente no Brasil, uma ideologia de língua única, a qual tem “camuflado a realidade plurilíngue do país”<sup>3</sup>, sendo instituída, assim, através de políticas linguísticas, convenções que impõe uma língua *strandart* utilizada por uma minoria, para maioria dos usuários do idioma.

Este deslocamento exigido aos indivíduos de classes sociais e regiões geográficas diferentes leva-nos a uma noção de cultura enquanto herança e experiências geracionais, onde os sistemas sociais, políticos e econômicos são construídos e reconstruídos através das ocorrências e contatos com diferentes manifestações culturais<sup>4</sup>. Entretanto, pensando a língua como produto político e a sua regulamentação

---

<sup>1</sup> Mestranda pelo programa de Pós-graduação em Crítica Cultural da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Campus II – Alagoinhas – BA. E-mail: michellimoreira@gmail.com.

<sup>2</sup> HALL (1997, p. 13).

<sup>3</sup> CALVET (2007, p.7).

<sup>4</sup> THOMPSON (1995, apud FISCINA, 2013).

decorrente das decisões do Estado, pode-se inferir que há uma desconsideração e apagamento de fenômenos linguístico-culturais<sup>5</sup> através de um processo pedagógico que visa levar o aluno a dominar um padrão culto idealizado, sendo, portanto, negado o direito, como propõe Mattos e Silva<sup>6</sup>, do sujeito ser “atuante e crítico no processo de escolarização” e reconfiguração de um modelo linguístico.

Destarte, este trabalho objetiva pensar a língua em uma perspectiva teórica e crítica da cultura e a sua interposição no processo de ensino/aprendizagem da língua materna, uma vez que, assim como há determinação de valor cultural por aspectos sociopolíticos e econômicos, estes, também modelam as variações linguísticas. Todavia, os usos dialetais, tão presentes nos falares diários dos indivíduos, não são unidades decisivas para mudanças nos padrões linguísticos impostos através de políticas linguísticas e do planejamento linguístico realizado pelo governo. Ou seja, a tradição e imposição do *bom usage* acabam por dificultar um estudo democrático da língua natural, além de restringir o acesso ao saber e a formulação um cabedal linguístico cultural por àqueles que não dominam os princípios da gramática normativa.

Assim, diante das muitas inquietações e perspectivas com relação à cultura, língua, e o ensino do português, questiono: quais as formas de regulação linguística através da cultura? Como se dá o processo de identificação<sup>7</sup> do sujeito na sua relação com a língua? O sistema de ensino de língua portuguesa possibilita trocas linguísticas entre o professor - cuja identificação compete à normatividade -, e alunos - sujeitos que apresentam ao chegarem à escola os traços caracterizadores das diferenças dialetais?

Para responder tais questões foram criadas três seções ao longo deste escrito pensando primeiramente na regulação cultural da língua: concepções normativas, sistemas classificatórios e constituição de novos sujeitos linguísticos; investigando posteriormente, o “intercâmbio linguístico” entre os sujeitos sociais escolares na disciplina de Língua Portuguesa; e por fim, o processo de identificação do sujeito com a língua e suas variações.

---

<sup>5</sup> Em questão: os traços dialetais.

<sup>6</sup> MATTOS E SILVA (2004).

<sup>7</sup> Utiliza-se o termo “identificação” devido à complexidade em categorizar identidade linguística, já que, nós, enquanto falantes, a depender da comunidade linguística na qual estamos inseridos, alteramos a forma de expressão a fim de estabelecer uma comunicação eficaz.

## **2 A REGULAÇÃO CULTURAL DA LÍNGUA: CONCEPÇÕES NOMATIVAS, SISTEMAS CLASSIFICATÓRIOS E CONSTITUIÇÃO DE SUJEITOS LINGÜÍSTICOS**

Utilizando-se da linguagem enquanto instrumento de representação e o seu funcionamento como processo de significação, a cultura, como expõe Hall<sup>8</sup>, modela-se, após a “virada cultural”<sup>9</sup>, através das diferentes práticas sociais, perpassando os âmbitos político e econômico. Isto levou à ampliação do conceito de cultura, considerando a *práxis* social como um aspecto significativo do cultural.

Assim, considerando a língua como ferramenta social, e o social indissociável do cultural, tal revolução do conceito de “cultura” leva-nos a pensar em alterações também no âmbito da língua, ou seja, na “virada político-lingüística”. Para esta foi requerido um trabalho não de “colonização de saberes lingüísticos”, mas análises das comunidades através da língua, onde, os linguistas deveriam considerar os falantes a partir das suas demandas políticas e culturais, deixando, assim, de utilizá-los apenas enquanto “meros informantes descartáveis”<sup>10</sup>.

Contudo, entende-se que seja através de significações coletivas ou diligências lingüísticas dos usuários da língua, tem-se uma “realidade” de regulação cultural. Desse modo, encarando que as ações sociais são influenciadas direta ou indiretamente por instituições e suas produções de significado, vale tomar ciência de como se dá essa regulação através da cultura, como esta é governada, e qual o vínculo estabelecido entre cultura e poder, seja no âmbito normativo, através de sistemas classificatórios, ou pela constituição de “novos sujeitos”<sup>11</sup> lingüístico-culturais.

Falar sobre modos de regulação encaminha-nos à política e conseqüentemente ao Estado. No campo lingüístico, assim como em aspectos da cultura, o vínculo entre política – “decisões do poder” - e planejamento – “passagem à ação” - se dá por um

---

<sup>8</sup> HALL (1997).

<sup>9</sup> A “virada cultural” apresentada por HALL (1997, p.9), “refere-se a uma abordagem da análise social contemporânea que passou a ver a cultura como uma condição constitutiva da vida social, ao invés de uma variável dependente, provocando, assim, nos últimos anos, uma mudança de paradigma nas ciências sociais e humanidades”.

<sup>10</sup> CALVET (2007, p.9).

<sup>11</sup> Nesse quesito, HALL (1997), no texto *A Centralidade da Cultura: Notas sobre as Revoluções Culturais do nosso tempo*, elenca três formas de regulação através da cultura: a normativa; os sistemas classificatórios; e, a regulação através da geração de “novos sujeitos” decorrente da produção de novas subjetividades. Tais aspectos serão associadas aos modos da regulação lingüística.

processo de dependência, onde a organização destes sistemas emprega um *status* a um ou mais modelos de uso, evidenciando facetas do dominador e do dominado.

Apresentando uma breve história do português brasileiro, Mattos e Silva<sup>12</sup> explicita que em tentativas de homogeneizar a língua no Brasil no período de colonização, o Marquês de Pombal, apesar da categorização das línguas provenientes do tronco linguístico tupi pelos Jesuítas, coíbe o uso destas, utilizando a primeira rede de ensino e ordenamentos jurídicos e administrativos para o uso obrigatório da língua portuguesa, o que propicia uma nova política linguística e cultural.

Amparando-se em uma regulação normativa<sup>13</sup>, o programa político planejado no Brasil colônia tem perdurado até o terceiro milênio invisibilizando um país pluricultural. Desse modo, as instituições de ensino, maiores responsáveis pela propagação do “mito da unidade do português brasileiro” apoia os conteúdos programáticos em um currículo que privilegia os usos da gramática normativa, apesar de já haver estudos sobre a realidade linguística brasileira, além de sujeitos de distintas etnias e classes sociais estarem ocupando espaços na universidade, e, logo, na produção e descolonização de conhecimentos.

Através de regras preestabelecidas dentro das instituições sociais e consequente cultura vivenciada somos regulados normativamente, onde os modos de produção são guiados “inconscientemente pela nossa compreensão de ‘como tais coisas são normalmente feitas em nossa cultura’ – pela nossa tácita compreensão e pelo nosso ‘knowh-how’ cultural tomado como indiscutível”<sup>14</sup>. Dessa forma, a tradição do ensino da gramática prescritiva para uso no processo de comunicação verbal, sem levar em consideração a língua enquanto símbolo de manifestações da linguagem humana atrelada a contextos sociais, estabelece um língua sem variação, indicando, aquilo que foge à idealização, como erro.

Para a determinação de usos corretos e adequados são instituídos instrumentos ideológicos, como Eagleton<sup>15</sup> referencia a literatura. Este, ao apresentar o trajeto de ascensão da literatura inglesa, evidencia que no século XVIII, na Inglaterra, a literatura se inscrevia através de paradigmas ideológicos, sendo, ao final do século um mecanismo para propagar valores sociais. Desse modo, a literatura poderia ser um instrumento para

---

<sup>12</sup> MATTOS E SILVA (2004, p. 64).

<sup>13</sup> Primeiro tipo de regulação cultural apontado por HALL (1997).

<sup>14</sup> HALL (1997, p.19).

<sup>15</sup> EAGLETON (2006).

condicionar a massa a seguir determinadas perspectivas pluralistas, incluindo patriotismo, orgulho da língua e literatura, cultura política, etc. Tudo isto, como propõe Matthew Arnold<sup>16</sup>, é veiculado através da educação, mediada pelo Estado, onde se busca o controle de classes operárias, através da disseminação de valores.

No que se refere à língua, a literatura ainda é utilizada como princípios para instituição da língua *strandart* devido uma pedagogia que compreende o ensino como condição para reprodução social, e não espaço de reflexão e proposição de mudanças. Em outras palavras, a literatura, tão utilizada no processo de aquisição da escrita e habilidades de leitura, é recortada por uma metodologia tradicional docente enquanto decodificação do código verbal, “caça” elementos gramaticais, ou estudos de figuras de linguagem. O não trabalho com o gênero textual, mas sim com as expressões linguísticas do texto, criam um relato de valor com relação aos usos empregados naquela escrita, o que, por não se parecer com a utilização vocabular, estrutural e fonética dos alunos, forma-se um estigma com relação às variáveis que se apresentam no ambiente da sala de aula.

Para que o ensino de língua materna, baseado em uma regulamentação segundo a normatividade, deixe de ser um dispositivo de limitação, ou até mesmo de punição àqueles que não a seguem devido fatores socioculturais, o

saber metalinguístico intuitivo, do mesmo modo que o saber linguístico natural, não deveria nunca estar excluído, pelo contrário, faria parte do processo pedagógico contínuo de enriquecimento da língua que o indivíduo já traz na sua bagagem que precede a escolarização. Seria esse um caminho para o desenvolvimento da capacidade de pensar sobre a língua, em suas diversas formas de comunicar, sem tentar explicitamente as teorizações gramaticais.<sup>17</sup>

Isto posto, pode-se pensar em um replanejamento do ensino de língua portuguesa, onde as indicações dos documentos oficiais do Estado, como os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN’s de Língua Portuguesa, sejam atendidas pelos professores, os quais deverão ter uma formação linguística adequada para tal. Como posto, tal documento propõe um movimento metodológico para o trabalho com a língua de “AÇÃO ➔ REFLEXÃO ➔ AÇÃO”. Isto é, a partir dos usos linguísticos

---

<sup>16</sup> Crítico literário apresentado por EAGLETON (2006).

<sup>17</sup> MATTOS E SILVA (2004, p. 82).

apresentados pelos sujeitos que perpassam o espaço escolar, deve-se propor elucubrações sobre os atos de fala e os usos escritos da língua, a fim de se trabalhar as noções gramaticais. Assim, o ensino da gramática normativa a partir dos usos sociais, pode indicar práticas e empregos linguísticos adequados para o lugar em que se está exercendo as competências comunicativas.

Como propõe Hall<sup>18</sup>, a regulação normativa atribui valores e significados de uma cultura compartilhados por um todo social às ações individuais, sendo assim, essencial para o ordenamento, inteligibilidade e funcionamento dos sistemas culturais e linguísticos. Entretanto, as “fronteiras da regulação cultural e normativa são um instrumento [...] poderoso para definir ‘quem pertence’ [...] e quem é um ‘outro’, diferente, fora dos limites discursivos e normativos de nosso modo particular de fazer as coisas”<sup>19</sup>. Logo, esse conjunto de regulação acaba por categorizar os bem-sucedidos pelo uso “adequado” da norma, condenando os demais ao insucesso.

Outro tipo de regulação são os sistemas classificatórios, os quais instituem dicotomias de enquadramento para as condutas e práticas humanas, como por exemplo, a proposição da norma padrão *versus* a variação linguística. Instituída devido políticas de regulamentação da língua, onde a primeira unidade opositora é considerada pelo Estado como adequada, e a segunda como estigma social, deve-se encarar o desafio, amparando-se no método da desconstrução de Derrida<sup>20</sup>, de evidenciar o que está implícito nesta oposição binária. Dessa forma, ao serem abordados os mecanismos sociais relacionados à norma de prestígio e as variações linguísticas não padrão, pode-se propor, através do sistema de ensino, não a neutralização das ocorrências linguísticas existentes pela norma reguladora, mas o exercício do papel de facilitar uma comunicação entre membros de diferenciadas comunidades linguísticas, ocasionando trocas e consequente enriquecimento dos conjuntos da língua, pois, lidar com a língua é lidar com a variação.

A classificação das ações consonante com os sistemas de rótulos empregados a partir de valores culturais hegemônicos deve ser reformulada através de uma crítica que coloque em questão aspectos sociais e políticos, destacando-se não enquanto ideologia, mas como uma “instituição” propositora de resistência à sociedade politizada,

---

<sup>18</sup> HALL (1997, p.19).

<sup>19</sup> HALL (1997, p.19).

<sup>20</sup> DERRIDA (2001).

principalmente através da educação, disseminando, assim, a luta contra as manipulações estruturadas por relações de poder pelas quais o falante torna-se refém.

É válido lembrar que “as políticas linguísticas funcionam no modo da imitação, que elas tentam reproduzir *in vitro* o que acontece milhares de vezes *in vivo* na história das línguas”<sup>21</sup>. Quer dizer, o acordo normativo parte da análise dos usos linguísticos dos falantes, sucedendo uma unificação que tange os usos da língua realizados por uma minoria da população, economicamente favorecida. Os demais devem se adequar à sistemática, constituindo-se como novos sujeitos linguístico-culturais.

Terceira forma de regulação da língua através da cultura, a regulação dos tipos de “sujeitos”, compreende a formatação de indivíduos para exercício de condutas externas à sua realidade socioeconômica. Destarte, “numa sociedade em que o acesso aos bens culturais exige o domínio de uma só variedade linguística, a da classe dominante, a língua deixa de ser apenas um instrumento de interação e ação sobre a realidade para ser também um instrumento de exclusão social”<sup>22</sup>. Assim, o ser, ao se deparar com uma pedagogia coercitiva e normatizadora desde os primeiros anos escolares, abandona os usos linguísticos das suas primeiras comunidades de fala e se sujeita a um novo regime de significados e práticas.

Por conseguinte, a escola trabalha diretamente com a subjetividade dos indivíduos, podendo assim, produzir ou construir novos tipos de “sujeitos” linguísticos. Todavia, esse processo pode ocasionar na deturpação do falante, o qual, ao não se adaptar à prescrição da língua, torna-se um “deficiente em sua própria língua”, como expõe Mattos e Silva<sup>23</sup>. Além disto, pode-se gerar a evasão e o fracasso escolar de alunos de classe socioeconômicas desfavorecidas, devido o não reconhecimento de si e dos seus traços linguísticos no processo de aprendizagem.

Tem-se, portanto, um impasse: falar a língua do Estado concede ao cidadão o acesso a bens culturais, entretanto, o fato de não utilizar a norma padrão o priva de participações sociais, além do estigma e estereótipo que o circunda. Sendo assim, pode-se questionar até onde as formas de regulação linguística através da cultura tornam-se eficazes para o funcionamento social. Esta indagação perpassa os modos de cultura, formação,

---

<sup>21</sup> CALVET (2007, p.148).

<sup>22</sup> CYRANKA E PERAMBUCO (2008).

MATTOS E SILVA (2004, p. 82).

<sup>23</sup> MATTOS E SILVA (2004, p. 82).



qualificação e aperfeiçoamento de todos os sujeitos que lidam com o controle da língua, quer na instituição política, quer na prática escolar.

### **3 O “INTERCÂMBIO LINGUÍSTICO” NO ENSINO/APRENDIZAGEM DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Para que haja diretrizes e bases eficazes, para o ensino de língua materna, deve-se levar em consideração não apenas o âmbito das competências profissionais docentes, mas os impasses apresentados na esfera científica, e, sobretudo, como vimos na seção anterior, o plano político.

Como se inscreve nos PCN's<sup>24</sup> de Língua Portuguesa - ferramenta auxiliar na execução do trabalho docente amparada por uma política educacional -, “a linguagem é uma forma de ação interindividual orientada por uma finalidade específica; um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais existentes nos diferentes grupos de uma sociedade, nos distintos momentos da sua história”. Assim sendo, deve ser considerado pelo professor que os sujeitos que ocupam a sala de aula são falantes nativos da língua portuguesa, logo, apesar de não terem uma consciência da normatividade empregada à língua, estes apresentam traços que caracterizam as diferenças dialetais<sup>25</sup>, e não podem ser tratados como meros observadores da produção verbal, pois, também são usuários.

Entendendo a língua, então, como conjunto de signos linguísticos históricos e sociais, ou melhor, como instrumento para construir e compreender a cultura tem-se que considerar que no processo de ensino/aprendizagem do português, os professores não são os únicos detentores do saber e os alunos *tabulas rasas* para não apresentar as suas significações e interpretações do mundo através da linguagem. Infelizmente, a percepção que ainda se tem do termo cultura é a de um acesso a saberes socialmente privilegiados, restrito aos ditos “letrados”. Entretanto, Williams<sup>26</sup> evidencia que a criação de uma cultura não se limita a uma minoria, mas a um composto de experiências comuns, associada a uma complexa articulação coletiva.

---

<sup>24</sup> BRASIL. Parâmetros Curriculares nacionais: língua portuguesa (1997, p.22).

<sup>25</sup> Diferenças decorrentes de razões sociais, culturais e geográficas.

<sup>26</sup> WILLIAMS (2011)



As imposições de uma norma padrão à língua para reconhecimento e ascensão social dos sujeitos que não as tem como base de comunicação no dia-a-dia, tradicionalmente administradas pelos professores em suas aulas, provocam a divisão e fragmentação da cultura, amparada nos usos da língua. É válido ainda desmistificar a noção de que todos os sujeitos formulam significados socioculturais, uma vez que, os valores dos indivíduos são suprimidos através do sistema educacional.

Entende-se, assim, que a cultura de um povo não provém da expansão de valores dos grupos minoritários dominantes, mas da condição de toda a comunidade em participar da formulação de valores e significados. Para que isto ocorra, é necessário intervir no sistema educacional e eliminar o padrão dominante que classifica os indivíduos e fortalece a ideia de classe. Isto pode ser alterado através de meios socialistas, promovendo uma cultura comum através de “uma democracia educada e participativa”<sup>27</sup>.

Em outras palavras, a cultura é formulada através de diferentes aspectos, os quais devem ser adquiridos por atos de escolha das comunidades. Faz-se necessário reivindicar, portanto, esse processo de forma “livre, contributivo e comum de participação na criação de significados e valores”<sup>28</sup>, pois, como indica Soares, “pessoas que ocupam lugares sociais diferentes e têm atividades e estilos de vida associados a esses lugares enfrentam demandas funcionais completamente diferentes: sexo, idade, residência rural ou urbana e etnia”<sup>29</sup>.

Dessa maneira, os professores de língua portuguesa precisam explorar a pluralidade sociocultural presente no corpo discente, levando estes e os demais sujeitos que circulam no espaço escolar a compreender que lidar com uma língua é democratizar o saber e realizar desde o uso nacional convencional às formas regionais e contemporâneas. Isto não implica no não estudo da gramática normativa em sala, pois, este padrão será cobrado nas relações sociais. Porém, o que não pode ocorrer é “a imposição de um modelo, sem qualquer possibilidade, espacial ou temporal, para a experimentação, tentativas e descobertas”<sup>30</sup> de uso pelo falante.

Devido à cultura ainda ser um mecanismo para amostra das desigualdades sociais, e o uso da língua um marcador considerável, tem de se exigir um trabalho linguístico-

---

<sup>27</sup> WILLIAMS (2011, p.56).

<sup>28</sup> WILLIAMS (2011, p.57).

<sup>29</sup> SOARES (2010, p. 80).

<sup>30</sup> CAGLIARI (2009, p.86).

pedagógico que fuja dos moldes tradicionais para minimizar as determinações dos lugares sociais aos utentes da linguagem. Deve-se, assim, propiciar um câmbio das variedades da língua pelos falantes, o que contribuirá para a compreensão do ensino do português no complexo contexto de heterogeneidade linguística brasileira.

Em síntese, ao reportar-se a linguagem consignam-se, também, os processos sociais estabelecidos em comunidades díspares formadoras de usuários da Língua Portuguesa. Destarte, é preciso propor inovações metodológicas e atualizações teórico-conceituais sobre a variação linguística aos docentes, a fim de impedir a invisibilidade do uso “não padrão” e o encaminhamento das práticas linguísticas para um monolinguísmo, evitando, conseqüentemente, o predomínio de uma língua sobre outras.

#### **4 O PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO COM A LÍNGUA E SUAS VARIAÇÕES**

Como aponta Possenti, “a variedade linguística é o reflexo da variedade social e, como todas as sociedades existe alguma diferença de status ou de papel entre indivíduos ou grupos, estas diferenças se refletem na língua”<sup>31</sup>. Em vista disso, pode-se pontuar que o processo de identificação e uso das variantes pelo sujeito não consiste na busca para demarcar o seu lugar social, isto faz parte de construções ideológicas e discursivas, as quais rotulam, através do campo linguístico, a posição do sujeito em uma sociedade estratificada.

Entretanto, a depender do ato linguístico, ambiente discursivo, classe, sexo, idade, enfim, fatores que interferem no processo de exposição da língua, há, conseqüentemente, a apresentação de rasuras transitórias da variação usual para atender aos diferentes locais linguísticos sem o apagamento da forma variante pertencente ao sujeito.

A questão que surge é como a escola deve ensinar o português, já que, de acordo com os PCN's o trabalho da instituição de ensino não se trata de ensinar o uso “correto”, mas as falas adequadas aos contextos de uso<sup>32</sup>. Todavia, visualiza-se nas práticas pedagógicas o privilégio e sistematização de um estudo da gramática normativa

---

<sup>31</sup> POSSENTI (2001, p.34).

<sup>32</sup> BRASIL. Parâmetros Curriculares nacionais: língua portuguesa (1997, p.20).

sem uma reflexão dos usos a partir da posição linguística que o sujeito molda ao longo da sua vida sociocultural. Assim, a apresentação apenas da língua *strandart* instituída por políticas linguísticas na comunidade escolar, exclui a possibilidade de deslocamento do sujeito nos usos de variantes, “forçando”, portanto, uma identificação a uma única forma de falar, ou seja, à língua nacional institucionalizada.

Desse modo, entende-se que o processo de subjetivação realizado pela escola caminha lado a lado com a formação do usuário da língua. Cada falante, ao ser confrontado com outro tipo de variação, pode, a depender do significado social que remeta às outras formas de uso linguístico, entender a língua (ou não) enquanto heterogênea e multifaceta.

Enfim, o processo de identificação não se estabelece através de uma relação unívoca, e, por mais que o trabalho de análise das variantes aconteça através de um isolamento de outras formas usuais, “no funcionamento linguístico elas se cruzam, se tensionam e por vezes até se quebram”<sup>33</sup>. Portanto, deve-se produzir, no trabalho escolar, métodos para desenvolvimento de competências linguísticas que evitem uma linearidade e a tentativa de unificação da variável da língua, independente do grupo social na qual está inscrita.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ensinar língua portuguesa é transitar entre análises e identificações de sistemas linguísticos que envolvem fatores socioculturais, os quais, ao serem selecionados no processo de escolarização, transformam os sujeitos moldando subjetividades através do objeto de aprendizagem. Todavia, é preciso desmistificar a noção da escola de que existe apenas um modo de uso da língua, propondo, assim, um processo de descolonização do saber linguístico-pedagógico.

A consideração das variantes em um espaço escolar democrático e, logo, o não trabalho com a língua enquanto um “dispositivo prisional”<sup>34</sup> - apesar de haver políticas de regulamentação da língua, pode-se promover além do estudo da gramática

---

<sup>33</sup> PAGOTTO (2001, p.133).

<sup>34</sup> Termo utilizado por AGAMBEN (2009).

prescritiva, tida como capital social para ascensão, um universo de possibilidades de usos a depender das necessidades, exigências e eventos comunicativos em que esteja presente o utente linguístico.

Dessa maneira, considerando que a cultura constrói-se através das relações sociais e a intermedia, deve-se banir a possibilidade dos usos linguísticos das minorias dominantes forçosamente representarem toda a massa, pois, como propõe Adorno<sup>35</sup>, quando a formação cultural situa-se através de esferas fixas, isoladas, esta pode reforçar ideologias acarretando em uma formação deficiente.

Apesar de estar inscrito nos PCN's, enquanto objetivo para ensino da língua portuguesa, levar os alunos a “conhecer e repetir as diferentes variedades linguísticas do português falado”<sup>36</sup>, visualiza-se o privilégio atribuído à língua *standart* sobre as demais formas, prática, esta, que reforça o preconceito aos que utilizam modos linguísticos diferentes da normatividade admirada.

Essa falsa liberdade dos usos linguísticos pelo documento oficial em questão, constrói, ideologicamente, relações de força sobre como o falante pode ou não atuar sobre a sua própria língua, já que, o que se tem na sala de aula não são trocas linguísticas entre os usuários da língua, mas a promoção da norma padrão comumente utilizada por uma classe social economicamente favorecida. O que resta para os demais indivíduos é a negação de conjecturas para uma formação linguística crítica e reflexiva, onde o professor pode ser a única referência de sujeito letrado que avulta nas comunidades em que transita. Enfim, nas aulas de língua portuguesa, resultantes do processo social da escolarização, são negadas, aos inoperantes na formação cultural, as hipóteses para a construção de uma autonomia linguística.

---

<sup>35</sup> ADORNO (2005)

<sup>36</sup> BRASIL. Parâmetros Curriculares nacionais: língua portuguesa (1997, p.33)

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Teoria da semicultura**. Porto Velho: Edufro, 2005. 2-20.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo? e outros ensaios**. Chapecó, SC: Argos, 2009.

BRASIL, Secretária de Educação Fundamental. Parâmetros **curriculares nacionais: Língua portuguesa**. Secretaria de educação fundamental. Brasília: 1999.

BAGNO, Marcos (org.). **Norma linguística**. São Paulo: Editora Loyola, 2001.

CALVET, Louis-Jean. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

CIRANKA, L. F. M; PERNAMBUCO, D. L. C. **A língua culta na escola: uma interpretação Sociolinguística**. R. Est. Pesq. Educ. Juiz de Fora, v. 10, p. 17-28, jan./dez. 2008.

DERRIDA, Jacques. **Posições**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

EAGLETON, Terry. A ascensão do inglês. In: **Teoria da literatura: uma introdução**. Trad. Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FISCINA, Thaís. **As identidades culturais nos meios digitais**. Disponível em: <http://www.nehte.com.br/simposio/anais/AnaisHipertexto2013/AS%20IDENTIDADES%20CULTURAIS%20NOS%20MEIOS%20DIGITAIS.pdf>. Acesso em 19 fevereiro 2016.

FIORIN, José Luiz. Teoria dos signos. In: FIORIN, José Luiz (org.). **Introdução à linguística: I. Objetos teóricos**. São Paulo: Contexto, 2011.

HALL, Stuart. **A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo**. Educação & Realidade: Porto Alegre, v. 22, nº2, p. 15-46, jul./dez.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **O português são dois: novas fronteiras, velhos problemas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

PAGOTTO, Emílio Gozze. **Variação e identidade**. UNICAMP: 2001.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

WILLIAMS Raymond. A ideia de uma cultura comum. Trad. André Glaser. In: **Política do modernismo**. Editora Unesp, 2011.